

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

RESUMO EXPANDIDO

A CAPOEIRA COMO PEDAGOGIA DECOLONIAL NO ENSINO JURÍDICO: EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E CONSCIÊNCIA ANTIRRACISTA

Ana Cecília Bezerra de Aguiar¹

Juliana Soares Monteiro²

Maryane Hasse de Andrade Figueira³

RESUMO:

O ensino jurídico tradicional brasileiro, fortemente influenciado pelo dogmatismo e pelo formalismo positivista (Warat, 1994), tende a afastar o Direito das urgências sociais e a limitar seu potencial emancipatório. Esse distanciamento contribui para a reprodução de desigualdades estruturais e para a manutenção do racismo institucionalizado (Almeida, 2018), tornando urgente a revisão das práticas pedagógicas no campo jurídico. Nesse contexto, o presente trabalho relata uma experiência de extensão universitária desenvolvida na disciplina de Justiça e Cidadania do curso de Direito da Universidade de Fortaleza, cuja proposta central foi promover uma ruptura pedagógica intencional por meio da inserção da Capoeira como prática educativa e epistemológica. A experiência teve como foco compreender de que modo a Capoeira, enquanto saber ancestral afro-brasileiro, pode atuar como pedagogia decolonial, transformando o ensino jurídico e promovendo a consciência antirracista. O estudo fundamenta-se teoricamente na Filosofia da Ancestralidade (Oliveira, 2021), que reconhece o corpo, o mito e a oralidade como fontes legítimas de conhecimento, em contraposição à racionalidade eurocêntrica dominante. Metodologicamente, trata-se de um relato de experiência de natureza pura, com abordagem descritivo-exploratória, baseado em observação participante durante o evento “Dia D”, realizado em 31 de outubro de 2025, que reuniu discentes do curso de Direito e alunos de escolas públicas. A vivência propiciada pela roda de Capoeira possibilitou a desconstrução do habitus jurídico (Bourdieu, 1980) e a valorização de saberes historicamente marginalizados, favorecendo a reflexão crítica sobre a colonialidade do Direito e o papel do corpo negro como sujeito epistêmico. Os resultados evidenciam que a Capoeira, enquanto prática de resistência, constitui-se em ferramenta eficaz para aproximar o ensino jurídico das realidades sociais, ressignificando o espaço acadêmico e fortalecendo o protagonismo negro. A experiência demonstrou que a aprendizagem mediada pela corporeidade, pela musicalidade e pela ancestralidade

¹ Doutora em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará. Graduada em Direito pela UFC (2011). Professora e membro da gestão do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade de Fortaleza. <http://lattes.cnpq.br/5794371402967022>.

² Mestre em Gestão de Negócios Turísticos pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Especialista em Direito Ambiental pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Graduada em Direito pela Unifor. Professora da graduação em Direito da UNIFOR. <http://lattes.cnpq.br/2043708369529406>

³ Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Monitora da disciplina de Justiça e Cidadania. <http://lattes.cnpq.br/4412525391000488>

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

promove maior engajamento discente e amplia a consciência crítica sobre o racismo estrutural. Conclui-se que a Capoeira, inserida na extensão universitária, consolida-se como instrumento de transformação pedagógica e social, reafirmando o compromisso do Direito com a justiça, a igualdade e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, especialmente o ODS 16 — Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Palavras-chave: Extensão Universitária; Racismo Estrutural; Decolonialidade; Capoeira.

DESTAQUES

- Validação da Capoeira como epistemologia decolonial para a ruptura do *habitus* jurídico positivista.
- Contribuição da Filosofia da Ancestralidade como referencial teórico no Direito e promoção do ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).

DESENVOLVIMENTO

O ensino jurídico tradicional tem sido historicamente caracterizado por sua rigidez, formalidade e ênfase na aplicação da "letra da lei", sob uma perspectiva positivista, pautado pelo dogmatismo e tecnicismo (Warat, 1994). Tal abordagem molda a prática jurídica e frequentemente resulta no estranhamento do Direito em relação às urgências e às dinâmicas dos movimentos sociais, tornando-o um mecanismo lento e apenas reativo. Um exemplo dessa demora é a decisão da ADPF 54 (2012), que só permitiu a antecipação terapêutica do parto em casos de anencefalia após intensa mobilização social e décadas de luta do movimento de mulheres, revelando que o Direito positivo tende a reconhecer tardiamente direitos que a sociedade já consolidou em sua prática e consciência coletiva. Logo, a lentidão e o consequente distanciamento social impedem que o Direito cumpra sua função emancipatória, contribuindo, ao invés disso, para a manutenção do *status quo* e a perpetuação das desigualdades estruturais, tornando-se urgente a crítica e a reavaliação de suas formas de ensino e exercício para que ele se torne um instrumento efetivo de justiça social.

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

Assim, diante das demandas do mundo contemporâneo, que exigem profissionais com competências socioemocionais (*soft skills*) e uma visão integrada da realidade social, a extensão universitária surge como materialização da pesquisa e do conhecimento acadêmico que necessita alcançar a realidade social externa à universidade. Desse modo, o projeto de extensão relatado no presente trabalho, desenvolvido na disciplina de Justiça e Cidadania, que aborda a Filosofia do Direito no Curso de Direito da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), visa suprir essa lacuna, promovendo uma ruptura pedagógica intencional com o distanciamento do Direito e engajando os discentes na conscientização sobre o racismo estrutural (Almeida, 2018).

Nesse sentido, um dos pontos centrais dessa iniciativa foi o desenvolvimento de um produto de extensão que envolveu a história e a realização de uma roda de capoeira no campus da universidade. A capoeira atua como uma prática decolonial, pois resgata um saber historicamente marginalizado e criminalizado, elevando-o a instrumento de ensino de Justiça e da Cidadania, contribuindo para a ressignificação da cultura negra no imaginário jurídico. Em contrapartida ao sistema legal, que historicamente tratou o corpo negro majoritariamente como objeto e o desumanizou (Almeida, 2018), a capoeira o insere na academia, ressignificando o imaginário jurídico ao elevá-lo à condição de protagonismo, em que o mestre e os alunos são agentes ativos do conhecimento, historicidade e saber. Dessa forma, tal prática reforça a convicção de que é possível cultivar uma consciência coletiva mais ampla, capacitando os estudantes a enfrentarem os complexos desafios da sociedade contemporânea.

Diante do exposto, a proposta de curricularização da extensão para a disciplina de Justiça e Cidadania atuou como mecanismo integrador que unificou diferentes iniciativas para abordar o racismo no Brasil, como por exemplo o jogo da força antirracista, corrida de saco, gincana e a atividade objeto desse relato, isto é, a roda de capoeira. A proposta pedagógica deste projeto de extensão foi utilizar a reflexão crítica como ferramenta de justiça social, desafiando os discentes a levarem o saber jurídico para além dos muros do campus universitário, fortalecendo a função da instituição de ensino enquanto agente social transformador.

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

Desse modo, cabe enfatizar a ruptura pedagógica promovida pela roda de capoeira, uma vez que por ser um jogo-luta-dança, representa uma pedagogia não-eurocêntrica de resistência, o que funcionou como um choque vivencial com saberes ancestrais. Por meio da presença e da fala do mestre capoeirista condutor da roda, ao som dos instrumentos e em frente ao Baobá, introduziu-se as cantigas e um saber que questiona a primazia da razão positivista e formal do Direito, oferecendo o conhecimento ancestral como fontes legítimas de norma e sabedoria. Tal experiência, por meio da reação dos universitários e dos alunos das escolas públicas presentes na atividade foi de envolvimento e surpresa, comprovando que a transformação do *habitus* (Bourdieu, 1980), o sistema de disposições que molda a visão de mundo, é mais eficaz quando mediada pela experiência e pela emoção do que pela transmissão fria do conhecimento.

Assim, o problema central o qual se baseia essa pesquisa é: Como a inserção de práticas culturais afro-brasileiras, como a capoeira, na extensão universitária pode atuar como uma pedagogia decolonial eficaz, transformando o ensino jurídico e promovendo a conscientização sobre o racismo estrutural? Diante disso, o objetivo geral do presente trabalho é analisar como a Capoeira, enquanto saber ancestral e prática cultural afro-brasileira, atua como uma pedagogia decolonial na extensão universitária, transformando o ensino jurídico e promovendo o protagonismo negro na construção de uma justiça plural, tendo como objetivos específicos investigar a Capoeira como instrumento de ruptura pedagógica e como um saber capaz de inserir o debate da Filosofia da Ancestralidade (Oliveira, 2021) no Direito; avaliar o impacto pedagógico da vivência de Capoeira na ruptura do *habitus* jurídico dos discentes e em como o saber ancestral promove a ampliação da consciência crítica sobre a colonialidade do Direito e, por fim, evidenciar o corpo-saber da Capoeira como epistemologia decolonial e fonte de conhecimento e práxis jurídica.

A metodologia consiste em um Relato de Experiência de natureza pura, com objetivos descritivos e exploratórios, fundamentado em revisão bibliográfica. A experiência relatada ocorreu no evento intitulado Dia D, realizado em 31 de outubro de 2025, de 8 horas às 11 horas, com a presença de 120 alunos de escolas públicas, de 15 a 17 anos, e cerca de 100 alunos da disciplina de Justiça e Cidadania do 1º semestre do

14° Seminário Interdisciplinar em Sociologia & Direito

O fim e o começo do mundo no primeiro
quarto de século: crise climática, democracia
e futuros possíveis

Programa de
Pós-Graduação em
Sociologia e Direito

uff
Universidade
Federal
Fluminense

Curso de Direito da universidade de Fortaleza. Há um enfoque metodológico na observação participante dos pesquisadores, com a busca por evidências da ruptura do *habitus* dogmático e o surgimento de perspectivas de transformação por meio da inserção da roda de capoeira como mediadora do saber ancestral. Assim, a presente experiência baseia-se na premissa de que o saber jurídico deve ir ao encontro das necessidades da sociedade, rompendo com o insulamento universitário (Mello et al, 2022) e utiliza como referencial teórico principal que sustenta a análise a crítica ao positivismo jurídico, a decolonialidade e a Filosofia da Ancestralidade, além da proposta pedagógica baseada nas metodologias ativas (Moran, 2018) que exigem que o estudante vá além do campus, confrontando a realidade social de forma direta e participativa.

A relevância jurídico-científica reside na contribuição para a área da Sociologia e Filosofia do Direito ao validar a Filosofia da Ancestralidade (Oliveira, 2021) como um referencial epistemológico legítimo no ensino jurídico, desafiando a hegemonia do pensamento positivista. Além disso, a relevância social se manifesta na formação de profissionais éticos e engajados, capazes de reconhecer a capoeira como fonte de saber e protagonismo negro na luta pela justiça social, em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, Paz, Justiça e Instituições Eficazes, da ONU (2015).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural. São Paulo: Jandaira, 2018.

BOURDIEU, Pierre. O senso prático. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1980.

MORAN, José; BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora. Porto Alegre: Penso, 2018.

OLIVEIRA, E. Filosofia da Ancestralidade: Corpo, Mito e Filosofia. São Paulo: Pallas, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Nova York, 2015.

WARAT, Luiz Alberto. O direito e sua linguagem: uma leitura introdutória da teoria do discurso. 2. ed. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris Editor, 2000.